

Falemos de saúde

Seigo Tsuzuki

No Brasil, esta é a primeira comemoração do Dia Mundial da Saúde (hoje), sob a vigência de nova Constituição. O fato tem grande significado se lembrarmos que as constituições anteriores, a partir de 1891 até a mais recente, a de 1967, não dispensavam atenção à saúde de um modo específico. Começamos a viver sob uma nova dimensão de saúde, traduzida no dispositivo legal que a define como "dever do Estado e direito do cidadão". Precisamos falar disso.

A Organização Mundial da Saúde consagrou as comemorações deste ano ao tema "comunicação para a saúde". A comunicação, hoje, em todos os níveis, é chamada a desempenhar um papel crescente na promoção da saúde por intermédio da responsabilidade individual e coletiva. Pela informação, cada homem, cada mulher, cada criança deve ser capaz de escolher a via da saúde. A responsabilidade, portanto, é mútua. A utilização dos meios de comunicação ao lado de opções educativas é fundamental para levar à população o conhecimento sobre as doenças e os meios adequados de prevenção.

O Ministério da Saúde, como órgão promotor da saúde pública, tem a responsabilidade de garantir uma pauta mínima de ações básicas de saúde, desde os cuidados com saneamento, imunização, controle de endemias, ajuda na melhoria do nível nutricional da população, fornecimento de medicamentos, até a profilaxia de doenças crônico-degenerativas.

O reconhecimento da saúde como direito de todos e dever do Estado significa, na prática, que todo indivíduo pode utilizar os serviços de saúde pertencentes ao poder público ou por ele financiados, e que cumpre ao Estado garantir a boa qualidade destes serviços. Significa, ainda, que o acesso à saúde não pode ser discriminatório, ou seja, ele não deve privilegiar grupos sociais em detrimento de outros. O acesso é universal e igual para todos. Como preceito constitucional é irrefutável, mas sua execução depende, ainda, de consciência e vontade na tradução deste preceito para a formação de um sistema nacional de saúde.

Um sistema nacional de saúde permitirá à população o uso de todos os recursos disponíveis, desde os ambulatorios dos Centros de Saúde até os hospitais de maior complexidade da rede pública e privada. Importa nesse sistema ter a garantia de disponibilidade do serviço com um nível de atendimento eficaz. Aumentar a eficiência dos recursos disponíveis e adequá-los às

necessidades concretas da população é uma questão central quando se fala de saúde no Brasil.

Pois, falemos de saúde. Gostaria de afirmar que as questões básicas de saúde estão resolvidas no país. Mas não é verdade. Registramos, este ano, no Nordeste, 30 casos de paralisia infantil de um total de 92 casos no Brasil. Começamos uma ação imediata e, a partir de amanhã, pretendemos imunizar, na região, 6 milhões e 553 mil menores de cinco anos.

Temos outras dificuldades. Está ocorrendo um aumento de casos de malária no país. Em 1987, 508 mil e 684 casos da doença foram registrados. Em 1988, este número atingiu 562 mil e 152 casos, o que representa um aumento de 10,5% na incidência de malária. Este ano, a Sucam irá borriflar três milhões e 500 mil casas, enquanto em 1988 esta ação atingiu 2 milhões e 400 mil habitações.

Ainda temos cinco milhões de pessoas portadoras de doença de Chagas no Brasil. Mas prevê-se que seu controle será estabelecido no país dentro de cinco anos, com investimento anual de 30 milhões de dólares e com utilização de um contingente de cinco mil agentes sanitários percorrendo 6 milhões de casas no trabalho de borrifação.

As doenças sexualmente transmissíveis ainda não estão controladas. Temos o exemplo da AIDS que, apesar de não ser um caso especificamente brasileiro, é de extrema gravidade. De fevereiro de 1988 até fevereiro de 1989 foram notificados mais 2 mil 40 casos da doença, atingindo 5 mil 712 casos até agora. Para combater a doença intensificamos o sistema de vigilância epidemiológica e, também, trabalhamos na linha de prevenção dos grupos de risco, e em campanhas especiais para adolescentes e empresas.

Estes números, por si, já demonstram a complexidade do tratamento das questões de saúde no país. Contudo, não se pode pensar saúde apenas pelos ângulos da profilaxia, combate às endemias e desenvolvimento científico-tecnológico, por exemplo. A questão passa, inexoravelmente, pelo aspecto sócio-político-econômico. E neste ponto se inserem duas questões básicas para o equacionamento das questões de saúde no Brasil: a educação e a comunicação. Portanto, devemos incentivar o debate, não só entre os técnicos, intelectuais e governantes, mas, principalmente, no seio da sociedade.

Seigo Tsuzuki, médico, é ministro da Saúde.